

ATUAÇÃO PEDAGÓGICA COM ALUNOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIAS NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Cristiane Borba de Oliveira Leite*

Cíntia de Souza Alferes Araújo**

Wanessa Alferes de Souza***

LEITE, C. B. O.; ALFERES ARAÚJO, C. S.; SOUZA, W. A. Atuação pedagógica com alunos portadores de deficiências nas Instituições de Ensino Superior. **EDUCERE** - Revista da Educação, Umarama, v. 7, n. 1, p. 91-105, jan./jun. 2007.

RESUMO: Segundo a Organização Mundial de Saúde, dez por cento da população mundial sofre de algum tipo de deficiência, com perspectivas de agravamento. No Brasil, portanto, meio milhão de pessoas estão inseridas nessa estatística. Este dado nos remete à importante justificativa de urgentes providências no âmbito da prevenção, no atendimento educacional, na profissionalização e na inserção dessas pessoas no mercado de trabalho. O modelo médico que se tinha até a década de 70, do qual se fazia regra a normalização da educação, somente promovia assistir o indivíduo deficiente em suas necessidades primárias, tendo como princípio norteador o desenvolvimento de uma melhor adequação à sociedade. Este modelo caiu por terra a partir de meados da década de oitenta e confirmou-se na Conferência Mundial sobre Necessidades Especiais propôs-se a adoção do termo inclusão, como significado de inserção, de aceitação, de integração. Nesse novo conceito submete-se à sociedade o dever de garantir de forma digna o reconhecimento existencial dessa população, fornecendo-lhe o real direito à cidadania. O presente trabalho teve por objetivo realizar uma revisão da literatura, salientando as perspectivas e desafios da educação inclusiva, que poderiam servir, na relação aluno-professor, como solo fértil para o crescimento da convivência, do respeito e principalmente do aceitar-se e completar-se mutuamente. Este artigo discutiu a inclusão dos alunos com necessidades

*Psicóloga, Rua Azaléia, 114 Conjunto Beatriz Guimarães CEP: 87200-000, (44)6291636 / (44) 99198423, Email: oliveirapsicologia@hotmail.com

**Cirurgiã-dentista - Mestre em Estomatopatologia – FOP-UNICAMP, Professora do Curso de Odontologia da UNIPAR e do Curso de Docência do Ensino Superior - Umarama, Av. Flórida, 4105 Res. Etrúria – Apt 05 Cep: 87501-220, cintia@unipar.br

***Professora do Curso de Educação Física - Universidade Paranaense - UNIPAR, Av. Flórida, 4105 Res. Etrúria – Apt 05 Cep: 87501-220, wanessa@unipar.br

especiais como ação que ultrapasse o uso de uma didática metodológica própria ou da eliminação de entraves arquitetônicos, mas que tem o poder de interferir no contexto psico-social desse alunado. Além disto, ressaltou-se o resgate da autenticidade da profissão de educador, enquanto agente transformador, que permita construir uma nova educação para todos, na qual sejam respeitados os diferentes e as diferenças de cada indivíduo.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão. Ensino Superior. Alunos com necessidades especiais.

THE PEDAGOGICAL PERFORMANCE WITH DISABLED STUDENTS IN HIGHER EDUCATION INSTITUTIONS

ABSTRACT: According to the World Health Organization, 10 percent of the worldwide population is committed by some kind of disability which might become more severe. There are 0.5 million people who are part of such statistics in Brazil. This datum leads us to the important urge for immediate preventive arrangements concerning the educational service towards the professional development as well as further insertion into the market. The medical method valid until 70's, which ruled the education normalization, would only fulfill the disabled's basic needs based on the assumption of the development of a better insertion within society. This model was overcome in the early 80's as well as recognized in the World Conference on Special Needs. The term "inclusion" was also proposed at that moment meaning insertion, acceptance, and integration. Upon this new concept, society is to be submitted to the duty of worthily existential recognition of this population by ensuring their true right for citizenship. This study aims at reviewing the literature by focusing both perspectives and challenges of the Inclusive Education, which may improve the teacher/student relation by broadening their living in society, respect, and, most of all, the acceptance and fulfilling. This article discussed the inclusion of the student with special needs as an action which goes beyond the use of either a methodological way of teaching or the extinction of architectonic obstacles, which may interfere in the psychosocial context of these students. Furthermore, the authenticity of the profession of the teacher as a transformational agent allowing the building up of a new education for all where the different and the differences of each individual are respected was pointed out.

KEYWORDS: Inclusion. Higher Education. Students with Special Needs.

ACTUACIÓN PEDAGÓGICA CON ALUMNOS PORTADORES DE DEFICIENCIAS EN LAS INSTITUCIONES DE ENSEÑANZA SUPERIOR

RESUMEN: Según la Organización Mundial de Salud, diez por ciento de la población mundial sufre de algún tipo de deficiencia, con perspectivas de agravamiento. En Brasil, por consiguiente, medio millón de personas están insertadas en esa estadística. Este dato nos remite a una importante justificación de urgentes providencias en el ámbito de la prevención, de atención educacional, de profesionalización y en la inserción de esas personas en el mercado de trabajo. El modelo médico que se tenía hasta la década de 70, del cual se hacía regla de normalización en la educación, solamente promovía mirar el individuo deficiente en sus necesidades primarias, teniendo como principio orientador el desarrollo de una mejor adecuación a la sociedad. Este modelo vino al suelo a partir de la década de ochenta y se confirmó en la “Conferencia Mundial sobre Necesidades Especiales”. Fue también en este momento que se propuso la adopción del término inclusión, como significado de inserción, aceptación e integración. En ese nuevo concepto se somete a la sociedad el deber en asegurar de forma digna el reconocimiento existencial de esa población, suministrándoles el real derecho a la ciudadanía. Esta investigación tuvo el objeto de realizar una revisión de la literatura, destacando las perspectivas y retos de la educación inclusiva, que podrían servir, en la relación alumno-profesor, como suelo fértil para el crecimiento de convivencia, del respeto y principalmente del aceptarse y completarse mutuamente. Este artículo discutió la inclusión de alumnos con necesidades especiales, como acción que sobrepase el uso de una didáctica metodológica propia o de la eliminación de trabas arquitectónicas, más que tenga el poder de interferir en el contexto psicosocial de ese alumnado. Otrosí, se destacó el rescate de la autenticidad de la profesión de educador, mientras agente transformador, que permita construir una nueva educación para todos, en la cual sean respetados los diferentes y las diferencias de cada individuo.

PALABRAS CLAVE: Inclusión. Enseñanza Superior. Alumnos con necesidades especiales.

INTRODUÇÃO

A Lei nº 9.394/96, denominada Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), incluiu a educação especial como parte integrante da educação geral, adotando como princípio básico a inclusão social de portadores de deficiências. Esta lei garante que “a educação de

excepcionais deve, no que for possível, enquadrar-se no sistema geral de educação, com a finalidade de integrá-los na comunidade” (BRASIL, 1996). Com essa nova postura a educação especial deixa de ser entendida como uma educação para alunos diferentes e se converte num conjunto de meios pessoais e materiais postos à disposição do sistema educativo, a fim de responder satisfatoriamente às necessidades particulares de todos os alunos.

Meio milhão de alunos brasileiros portadores de Necessidades Educativas Especiais (NEE), que possuem alguma deficiência de ordem física, sensorial ou múltipla, através da nova LDB estão com os direitos garantidos à educação, à participação e à plena igualdade de atendimento educacional adequado, evidentemente, às características individuais de cada aluno.

O respeito às diferenças individuais de aprendizagem vem sendo amplamente discutido há vários anos. A proposta da educação para todos intensificou-se a partir da Conferência Mundial de Jointiem, foi retomada na Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, que culminou na Declaração de Salamanca, na qual se propôs a adoção de linhas de ação em educação especial. (UNESCO, 1994)

Cabe à comunidade pedagógica a ação de meios que evitem que as incapacidades se transformem em impedimentos, socialmente impostos por inadequada atenção ou negligência.

Este artigo teve por objetivo apresentar uma revisão de literatura, salientando as perspectivas e desafios enfrentados pelos estudantes nas instituições de Ensino Superior no Brasil e, conseqüentemente, abordando também a postura esperada dos educadores numa educação inclusiva.

DESENVOLVIMENTO

Um considerável percentual da população mundial sofre de algum tipo de deficiência, apresentando expectativas de aumento destes números. Isto acaba por justificar a necessidade de resoluções urgentes no que se refere à prevenção das causas destas deficiências além da necessidade de tomadas de medidas que permitam a inclusão destes na sociedade, no que tange à educação e demais condições sociais.

Numa evolução histórica, o conceito de inclusão passou por

vários períodos. O primeiro conceito surgiu com o modelo médico da deficiência, que era vista como uma problemática do indivíduo a quem caberia se adaptar à sociedade. As pessoas com alguma deficiência eram internadas em instituições que lhe proviam abrigo, alimentação, medicamentos e algum tipo de atividade ocupacional. A sociedade não lhes dava o direito de almejar mais nada em suas vidas.

O segundo modelo surgido na década de 60 foi o da integração social, ou como foi conceituado, o da normalização. Durante até meados da década de oitenta, o indivíduo deficiente foi submetido à integração em classes comuns, porém sem que a escola tivesse uma atitude inclusiva. Caiu-se no equívoco de se tentar transformar o indivíduo deficiente em uma pessoa normal, não reconhecendo as singularidades de cada ser humano. “Integração e inclusão são dois processos diferentes: integrar significa inserir a pessoa deficiente para conviver na sociedade e incluir é modificar a sociedade para a pessoa deficiente, com o objetivo de favorecer o seu desenvolvimento enquanto cidadã comum”. (SASSAKI, 1997)

Na década de 90 surgiu um movimento que chamou a sociedade a ver que ela própria cria problemas para as pessoas com necessidades especiais, causando-lhes incapacidade ou desvantagens no seu desempenho. A sociedade tem o dever de eliminar todas as barreiras que possam impedir os indivíduos deficientes de desempenharem seus papéis sociais.

A Declaração de Salamanca, marco importante na discussão sobre inclusão, tem como “princípio norteador” fazer com que a escola ofereça oportunidades de aprendizagem a todos indistintamente, respeitando a diversidade de sua clientela. Levaram em consideração diferenças físicas, intelectuais, sociais, emocionais, lingüísticas dentre outras. (UNESCO, 1994)

Todas as escolas deveriam acomodar todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, lingüísticas ou outras. Deveriam incluir crianças deficientes e superdotadas, crianças de rua e que trabalham, crianças de origem remota ou de população nômade, crianças pertinentes a minorias lingüísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos em desvantagem ou marginalizados, contextualiza a Declaração. Os sistemas educativos

devem ser projetados e os programas aplicados de modo que tenha em vista toda a gama dessas diferentes características e necessidades.

Carvalho (1997) salienta que “a melhoria da qualidade dos serviços oferecidos por meio da capacitação de recursos humanos e avaliação dos planos educacionais é de suma importância na adesão de uma nova metodologia, buscando a eliminação de barreiras físicas e atitudinais em relação aos portadores de incapacidades”.

A inclusão de todos na escola, independentemente do seu talento ou deficiência, reverte-se em benefícios para os alunos, para os professores e para a sociedade em geral. O contato dos indivíduos entre si reforça atitudes positivas, ajudando-os a aprenderem a ser sensíveis, a compreender, respeitar e crescer, convivendo com as diferenças e as semelhanças individuais entre seus pares. Quando em ambientes inclusivos, os alunos com deficiência, em especial, podem apresentar melhor desempenho nos âmbitos físico, social e psíquico.

Isto traz à tona a importância, nesse contexto, do trabalho que a educadora Carvalho (1997, p.106) faz, quanto à análise conceitual de termos como deficiência, incapacidade e menosvalia:

Deficiência é qualquer perda de função psicológica, fisiológica ou anatômica. Tem como características: anormalidades temporárias ou permanentes em membros, órgãos, ou outra estrutura do corpo, inclusive os sistemas próprios da função mental. Servem como exemplos, sob a ótica orgânica, a perda da capacidade de ver, ouvir, andar, decorrente de deficiências visuais, auditivos e motora, respectivamente. Para o mesmo autor, “incapacidade é qualquer restrição, devida a uma deficiência, da capacidade de realizar uma atividade, se caracteriza pelo desempenho insatisfatório de ações pelo indivíduo (temporários ou permanentes; reversíveis ou irreversíveis, nos aspectos psicológicos, físicos ou sensoriais). Menosvalia refere-se a uma situação desvantajosa, como conseqüência ou incapacidade que limita ou impede o indivíduo de desempenhar um papel. Caracteriza-se pela diferença entre o rendimento do indivíduo e suas próprias expectativas e as do grupo a que pertence.

Tais definições nos mostram que, embora a quase totalidade dos educandos excepcionais seja portadoras de deficiências, nem sempre a excepcionalidade é condição decorrente da deficiência do educando. A excepcionalidade decorre da defrontação entre as condições do educando

e da educação sistemática ou da educação escolar. Assim como há educandos portadores de deficiências que não se encontram na condição de excepcionais, há outros tantos educandos que, sem serem portadores de deficiência, requerem auxílios e serviços especiais de educação por estarem numa situação especial de ensino-aprendizagem, classificando-se, em razão disto, como excepcionais.

Mazzota (1996, p.197) argumenta que “além do corpo é preciso olhar, para julgar o que é normal ou patológico”. Como exemplo disto pode-se observar uma situação em que, apresentando astigmatismo ou miopia, um indivíduo seria considerado normal numa sociedade agrícola ou pastoril, mas seria anormal na marinha ou na aviação. Portanto, o contexto social, com suas regras, é que lhes impõe pautas de condutas que, se não forem cumpridas, tornam os indivíduos desviantes, incapacitados para tudo, porque são considerados anormais. No contexto de inclusão temos as variantes correlacionadas pela educadora Carvalho (1997) como pontos a serem estudados individualmente, no que se refere ao processo ensino-aprendizagem, buscando uma educação justa para todos.

A escola inclusiva luta pela qualidade da educação e pela integração pedagógica e social, concomitantemente. Tem como princípio fundamental que todos os indivíduos devem aprender juntos, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que eles possam ter (DEMO, 1997).

Entretanto, os sistemas de ensino, por não estarem preparados para acolher todos, acabam realmente excluindo os casos que, por sua complexidade, não têm no momento condições de atender, eximindo-se do trabalho de pesquisa e de soluções mais apropriadas.

Autores como Glat (1995), Goffredo (1992) e Mazzotta (1996) apontam que para se considerar uma escola inclusiva, é pré-requisito que os professores sejam efetivamente capacitados para transformar sua prática educativa. As universidades como centros de ensino, pesquisa e extensão estão procurando contribuir para a produção e democratização de conhecimentos que intervenham no processo de inclusão escolar. Professores, individualmente ou em grupo, estão pesquisando sobre metodologias de diagnóstico, avaliação e atendimento específico às diversas formas de deficiências. Os resultados destes estudos são projetos que estão envolvendo crianças, jovens e adultos com diferentes

deficiências, vindos de escolas e instituições da comunidade em geral.

Utilizando tecnologias e métodos adequados, programas, cursos e eventos estão promovendo ações de prevenção de deficiências, sensibilizando a comunidade sobre a integração social dos portadores de NEE e, também, visando à capacitação de pessoal especializado nas diferentes áreas de deficiências. Atividades relacionadas com música, informática, artes plásticas, esportes, ou línguas, procuram desenvolver diferentes capacidades nos âmbitos afetivo, cognitivo, motor, lingüístico e social.

O material elaborado pela Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação em 2000 para subsidiar as Instituições de Ensino Superior (IES) quanto ao atendimento aos alunos com NEE, faz uma síntese sobre a atual situação dos cursos de preparação de professores e propõe uma reestruturação quanto à formação dos docentes. O relatório afirma que “a formação dos educadores deve ocorrer em três âmbitos”. Primeiro, quanto à formação básica de todos os educadores, o Ministério contempla uma educação generalista, ou seja, o profissional deve saber diagnosticar os alunos com NEE e também utilizar-se da metodologia pedagógica mais adequada a cada situação. Em segundo plano, que diz respeito à formação de professores para a educação especial, o documento relata que deve ocorrer no processo de formação inicial dos professores de Educação Infantil e também do Ensino Fundamental para qualquer professor da Educação Básica. Em último âmbito a Secretaria faz menção à importante formação de educadores para a atuação na Educação Superior, formando profissionais especialistas em nível de pós-graduação.

A Secretaria da Criança e Assuntos da Família do Estado do Paraná, em parceria com a Associação Brasileira de Normas Técnicas, publicou em 1994 a Norma Brasileira de Referência (NBR) 9050, que tem por finalidade “garantir ao indivíduo portador de deficiências condições adequadas e seguras de acessibilidade autônoma a edificações, espaço, mobiliário e equipamentos urbanos”. Esse documento é amparado pela portaria nº 3284, datada de 2003 que exige que “no ato da avaliação das condições de oferta de cursos superiores, a fim de autorizá-los, reconhecê-los ou renová-los, sejam incluídos requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de necessidades especiais.” Portanto, o Ministério da Educação está atento às exigências sugeridas para um atendimento adequado aos

alunos com NEE.

As IES, além de garantir o acesso ao aluno com NEE, também têm compromisso com a permanência do mesmo até a conclusão de seu curso. Para isso, devem atender as necessidades especiais dos alunos ingressos.

O Ministério da Educação e Cultura (MEC) ressalta a importância da eliminação de barreiras arquitetônicas, a reserva de vagas em estacionamentos nas proximidades das unidades, guichês rebaixados, construção de rampas com corrimões ou elevadores, adaptação de portas e banheiros, instalação de lavabos, bebedouros, telefones públicos, barras de apoio em altura acessível para os alunos com deficiência física, facilitando o uso de cadeiras de rodas, muletas, bengalas e andadores. Enfim, de diversos aparelhos utilizados pelos portadores de deficiências físicas simples ou múltiplas.

Máquinas de datilografia, impressora em *braille* acoplada a computador, sintetizador de voz, gravador e fotocopiadora que amplie textos, acervo bibliográfico em fitas de áudio e em *braille*, lupas, régua de leitura, scanner acoplado a computador são requisitos exigidos para o ensino de alunos com deficiência visual. Intérpretes de língua de sinais, flexibilidade na correção das provas escritas, valorizando o aspecto semântico, cursos de aperfeiçoamento para o aprendizado da língua portuguesa (como segunda língua), principalmente na modalidade escrita, materiais de informações aos professores quanto à especificidade lingüística dos surdos, também são enumerados como alguns dos compromissos que a instituição deve ter quanto à valorização da formação do aluno com deficiência auditiva. (BRASIL, 2000)

Portanto, são inúmeros os documentos, decretos e leis que garantem ao portador de deficiência uma melhor qualidade de vida quanto à educação, saúde, cultura, esporte, lazer, serviços, comércio, indústria, hospedagem e trabalho. Contudo, por outro lado, parece inadequado capacitar professores para integrar alunos que ainda não estão presentes nas escolas. Caímos na racionalidade científica que, atualmente, frente à sociedade da informação e da globalização, está ultrapassada. Podemos exemplificar o caso de um professor que faz um curso de libras e recebe em sua sala um aluno com deficiência visual, que usa uma linguagem em *braille*.

É, portanto, papel da atividade docente a construção de sua própria prática. Saímos do discurso do “estar preparado” para o preparando-se a partir do surgimento da questão. (RIBEIRO; BAUMEL, 2003). É a partir dos conflitos do cotidiano que o professor elabora e reelabora teorias, constrói novos saberes, busca meios, fins e soluções para a prática pedagógica. “Formar um educador é essencialmente permitir-lhe aperfeiçoar-se, evoluir, adaptar-se às novas situações que virão a ser impostas pela civilização de amanhã” (MAZZOTTA, 1996 p. 182).

O contexto educativo propõe a transposição direta de receitas didáticas, dá ao educador a possibilidade de uma formação contínua, interativa e dinâmica. O movimento inclusivo pretende “o estabelecimento de parâmetros onde existe uma verdade para cada indivíduo” (BADIOU, 1995). Não se trata de uma unificação, pois daí retornará ao conceito de exclusão de diversidades e ao não reconhecimento do outro em suas singularidades. Trata-se de permitir que o processo educacional e as pessoas nela envolvidas tenham oportunidades de crescimento, aprimoramento, desenvolvimento.

A atuação inclusiva é capaz de impulsionar ações que possibilitem a implementação de políticas públicas que respeitem cada vez mais a diversidade. Portanto, cabe aos orientadores não só apontar soluções pedagógicas, mas também sociais.

“A idéia de padronização dá margem ao entendimento das diferenças como desvio, patologia, anormalidade, deficiência, defasagem, desigualdade. O trato desigual das diferenças produz práticas intolerantes, arrogantes e autoritárias.” (GOMES, 2001)

É certo afirmar, portanto, que a identidade profissional é inseparável da identidade pessoal. “O professor é a pessoa e uma parte importante da pessoa é o professor” (NÓVOA, 1992). Nesse contexto é importante se pensar como o próprio professor vê o aluno com NEE. Avaliar a bagagem de crenças estabelecidas, de que nós, enquanto educadores, trazemos para a nossa prática pedagógica importantes reflexões acerca de nosso papel, enquanto sujeitos do processo ensino-aprendizagem. Aspectos psicológicos como insegurança, medo, indiferença, aversão, reações importantes e significativas devem ser trabalhados pelos profissionais da educação, buscando uma prática educativa de melhor qualidade.

Essa conduta suscita algumas reflexões em torno das atuais

propostas inclusivas mais alinhadas com a idéia de professores polivalentes do que especialistas. Mudanças de atitudes frente às diferenças, conhecimento sobre os processos de desenvolvimento humano e sobre a aprendizagem, sobre currículos e suas adaptações, sobre trabalhos em grupo, são alguns dos temas que devem ser discutidos por todos os professores.

Apesar dos avanços, com um capítulo exclusivo sobre educação especial, área tão pouco contemplada, historicamente, no conjunto das políticas públicas brasileiras, a nova LDB não faz nenhuma alusão aos alunos com NEE no Ensino Superior. Isso nos faz questionar o quanto a sociedade ainda desacredita no potencial dos portadores de deficiências.

Entretanto, cresce a cada ano a demanda de alunos com NEE buscando uma vaga nas cadeiras universitárias de todo o Brasil. Para melhor exemplificar, 176 alunos com necessidades educativas especiais (deficiências física, visual, auditiva e outras) inscreveram-se nas bancas especiais de vestibular das universidades paranaenses de 1994 a 1998, sendo que em 1994 houve apenas dois inscritos e, em 1998, o número subiu para 83 alunos (RIBEIRO; BAUMEL, 2003). Essa situação nos mostra o compromisso e a urgência que tem a universidade em organizar e implementar respostas educativas que respeitem a pluralidade dos alunos.

Através de tal questionamento, ainda se percebe o quanto ainda o indivíduo com NEE é posto à margem da condição humana. A educação em nossa sociedade mantém o sentido da assistência aos deficientes e não o de uma educação a alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, não lhes dando o direito à igualdade de oportunidades desiguais, isto é, diferentes, segundo as características e necessidades de cada um.

Observamos o quanto se faz necessário dar condições de acesso, de ingresso e permanência, nos cursos de 3º grau, a pessoas com NEE, visto que os portadores de deficiências estão exigindo da sociedade igual acesso à educação, tanto quanto os alunos ditos normais. Além de grandes entraves físicos, como falta de rampas e corrimões em escadas, até banheiros adaptados, os alunos precisam de um grupo de profissionais, de várias áreas de conhecimento, que os assessorem durante sua permanência na instituição.

Sabe-se que o tema das necessidades especiais, ou mesmo da

diversidade, é ainda pouco presente nos cursos de formação de professores e outros profissionais, apesar das inúmeras recomendações e indicações legais para que se supere essa lacuna. Não se pode pensar isoladamente a formação do professor de educação especial. Ao contrário, é preciso considerá-la como parte integrante da formação dos profissionais da educação em geral.

A Constituição de 1988 garantiu, em seu Artigo 206, a “igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola de todos os indivíduos, deficientes ou não”. A educação especial não tem feito parte do conteúdo curricular da formação básica do educador, quase sempre vista como uma formação especial, através de especializações, para aqueles que desejam trabalhar com alunos “diferentes”. Estamos, portanto, falando em discriminação já na formação dos professores e negando o princípio da “integração”. Não só do deficiente na rede de ensino, como também do profissional da educação na realidade educacional existente. São negados a esses profissionais o privilégio e o desafio de conviver com a diferença. Uma boa formação teórica e prática, básica e comum a todos, independentemente da clientela para a qual ensinarão no futuro, garantirá aos novos docentes uma leitura crítica da educação e também das determinações sociais, políticas e econômicas nela presente.

A escola é a maneira de nos tornarmos mais humanos. Cada um faz parte dela como um membro valorizado, e todos os alunos e adultos apóiam uns aos outros como aprendizes ativos. Isso porque a educação acontece no contato com os outros, e as potencialidades e facilidades das pessoas moldam a extensão e a textura do crescimento de cada um (RIBEIRO; BAUMEL, 2003).

Na universidade está a vanguarda do desenvolvimento, da modernidade, da mudança. Está na condição de lugar privilegiado para discutir e prever um futuro. Dentro deste contexto, aparece a educação como fator fundamental para a cidadania e produtividade. Muitos professores se questionam como devem avaliar o desempenho de seus alunos diferentes. Na vanguarda de uma educação inclusiva o “desempenho não deve ser avaliado quanto à capacidade de copiar, decorar, memorizar, copiar, fazer provas. mas quanto à capacidade de elaboração própria, de questionamento autônomo, de capacidade produtiva” (DEMO, 1993 p. 275). Os alunos considerados diferentes na sala de aula devem ser

avaliados quanto à sua capacidade de crítica e criatividade, muito mais do que pelos resultados de provas discursivas ou orais.

“O professor deve ser intérprete, ou seja, alguém que entra na história científica como sujeito ativo, dando seu recado próprio” (DEMO, 1997 p. 273). Essa visão de educação está no cerne da discussão intitulada “aprender a aprender”, tão comentado por inúmeros autores. Nesse contexto o indivíduo é motivado a pesquisar como atitude cotidiana de seu aprendizado. Contrapondo-se a didáticas reprodutivas, essa nova postura leva primeiramente o educador a ter uma atitude crítica e criativa frente ao processo de ensino, e também como consequência o aluno se torna um agente transformador de sua própria história.

Atitude de não rejeição, com trocas interativas entre colegas, com valorização da auto-imagem e auto-estima são requisitos importantes que os professores devem desenvolver. O professor, na educação inclusiva, é sujeito que interage, que atua de forma positiva, que levanta questionamentos inerentes à inclusão, de forma construtiva e saudável, focalizando sempre o crescer e desenvolver de seu alunado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos concluir que o professor moderno precisa ter uma visão globalizada do desenvolvimento integral e integrado do aluno, em particular de seu desenvolvimento cognitivo, sendo o aluno “normal”, ou com deficiências. Necessita tornar-se um pesquisador, construindo seu próprio projeto pedagógico, a fim de sempre estar aperfeiçoando suas metas e objetivos quanto ao atendimento aos alunos com NEE, buscando incessantemente a qualidade de seu aprendizado.

O educador age de forma imprescindível na aquisição e manutenção dos direitos à inclusão. Cabe ao mesmo derrubar o conceito de uniformização que ainda impera no campo educacional. O processo de inclusão significa romper paradigmas, preconceitos, estereótipos e alargar os limites de tolerância. Enfim, instalar dentro e fora da área educacional o conceito de humanização. O significado da prática inclusiva deve extrapolar os muros das instituições, desafiando a mudança de valores, de lógicas e de representações sobre o outro.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050**: acessibilidade e edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro, 2004. 97 p.

BADIOU, A. **Ética, um ensaio sobre a consciência do mal**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995. 376 p.

BRASIL. Ministério da Educação. **A educação especial e a Educação Superior**. Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2000. 56 p.

_____. Presidência da República. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, seção 1, p. 27.839, 23 dez. 1996.

CARVALHO, R. E. **A Nova LDB e a educação especial**. Rio de Janeiro: WVA, 2000. 214 p.

DEMO, P. **Desafios modernos da educação**. Rio de Janeiro: Vozes, 1993. 287 p.

_____. **Conhecimento moderno**: Sobre ética e intervenção do conhecimento. Rio de Janeiro: Vozes, 1997. 317 p.

GLAT, R. **A Integração social dos portadores de deficiências**: uma reflexão. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1995. 329 p.

_____. R. **Cidadania e o portador de deficiência**: um novo campo de atuação para os profissionais da educação especial. Brasília: Integração, 1994. 91 p.

GOFREDO, V. F. S. **Integração ou segregação**: o discurso e a prática das escolas públicas. Rio de Janeiro: Integração, 1992. 343 p.

GOMES, N. L. **A mulher que vi de perto**: o processo de construção da identidade racial de professoras negras. Belo Horizonte: Mazza, 1995. 243 p.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação especial no Brasil**: história e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 1996, 289 p.

NÓVOA, A. **Vidas de professores**. Porto Alegre: Porto, 1992, 298 p.

PROPÆ. **Programa Interdisciplinas de Pesquisa e Apoio a Excepcionalidade**. Maringá: UEM, 2001. 36 p.

RIBEIRO, M. L. S, BAUMEL, R. C. R. C. **Educação especial**: do querer ao fazer. São Paulo: Avercamp, 2003. 191 p.

SASSAKI, R.K. **Inclusão**: Construção de uma sociedade para todos. Rio de Janeiro:

WVA, 1997. 176 p.

UNESCO. **The Salamanca statement and froumework for action on special needs education.** Adotada pela Conferência Mundial sobre Educação para Necessidades Especiais: acesso e Qualidade, realizada em Salamanca, Espanha, em 7-10 de junho de 1994. Genebra: UNESCO, 1994. 47 p.

Recebido em / Received on / Recibido en 23/03/2007

Aceito em / Accepted on / Acepto en 24/07/2007